

Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PREGÃO PRESENCIAL RP. Nº 146/2017

PROCESSO LC n.º 236/2017 **HOMOLOGADA 20/10/2017**

OBJETO: Futura e eventual aquisição de Pedra graduada e Areia média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado - PR.

FORNECEDOR: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME

VALOR GLOBAL: R\$ 107.800,00

PREGOEIRA: DISEL DAIANE BORTOLATO ZIESMANN



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS



Estado do Paraná

Processo Licitatório	כ
Processo Licitatório	

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS № 146/2017.

Regime de Compra: Menor Preço GLOBAL

Pato Bragado - PR, aos dois dias do mês de outubro de 2017.

Objeto: Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Municipio de Pato Bragado — PR, conforme relacionado no Termo de Referencia anexo ao Edital.

Abertura: O protocolo dos envelopes será até às 08h10min do dia 20 de outubro de 2017, e a abertura dos envelopes ocorrerá em Sessão Pública às 08h20min horas do mesmo dia, nas dependências da sala de reuniões da Prefeitura do Município de Pato Bragado, sito na Avenida Willy Barth, 2885, Centro, Pato Bragado – PR.

Edital: O edital estará disponível aos interessados para download no site do município: www.patobragado.pr.gov.br na aba "Licitações – Licitações abertas".

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

TOE

Nº

de 021/01/7 FL.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Litrónico Nº 1254

de 021/01/7 FL.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

O trusente, Nº 4449

Visto

Visto

Visto



Estado do Paraná

Pato Bragado – Pr, em 28 de setembro de 2017.

De: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

Para: Departamento de Compras.

Assunto: Abertura de processo de Licitação;

Solicito ao setor que tome as devidas providências para realizar a abertura de processo de Licitação com objeto de futura e eventual contratação de uma empresa para fornecimento de areia média e pedra graduada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, sendo que estas pedras graduadas serão utilizadas para manutenção das estradas vicinais no Município, bem como para as demais Secretarias e Departamentos que vierem a solicitar, a areia também destina-se a manutenção das demais Secretarias e Departamentos, conforme quantidades relacionadas abaixo, sendo que pela impossibilidade de se mensurar quantidades exatas a serem utilizadas, solicitamos que se opte por um Registro de Preços.

ITEM	QUANT	MED.	DESCRIÇÃO	V. UNIT.
01	200	M ₃	Areia Média	R\$ 52,73
02	2.0000	М³	Pedra Graduada	R\$ 52,67

O valor estimado para essa licitação será de R\$ 115.886,00 (cento e quinze mil oitocentos e oitenta e seis reais).

Certo de vossas providências coloco-me a disposição para esclarecer qualquer dúvida que possa restar.

Atenciosamente;

Lércio Balduino Kirsten

Secretário de Obras, Viação e Urbanismo



Estado do Paraná

REFERÊNCIA DE PREÇOS

ITEM	COD	REFERÊNCIA	UNID	VALOR UNITÁRIO
TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA COM REVESTIMENTO	72886	SEIL/PRED 002/17	Wa	10,03
COMERCIAL - CAMINHÃO BASCULANTE	972000	DER/PR 01/2017	Мз	5,05
VALOR MÉDIO DE TRANSPORT	E POR M ³	1	ı	7,54

^{*}estimado 10KM de DMT

ITEM	COD	REFERÊNCIA	UNID	VALOR UNITÁRIO
AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR	370	SINAPI/PR	M3	55,00
· (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	370	04/2017	M	
AREIA MÉDIA	M0028	DER/PR	Мз	45,705
AI LEIA MILDIA	WIOOZO	01/2017		40,700
AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR	370	SEIL/PRED	M3	57,50
(RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	370	002/17	101-	37,30
VALOR MÉDIO DE AREIA POR M³	(SEM FRET	TE)	ı	52,73
VALOR MÉDIO DE AREIA POR M³	(COM FRE	TE)		60,27

ITEM	COD	REFERÊNCIA	UNID	VALOR UNITÁRIO
PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	4721	SINAPI/PR 04/2017	Мз	37,55
BRITA 1	M0191	DER/PR 01/2017	М³	58,46
PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	4721	SEIL/PRED 002/17	Wa	.39,17
VALOR MÉDIO DE BRITA 1 POR I	M³ (SEM FRE	TE)	· ·	45,05
VALOR MÉDIO DE BRITA 1 POR I	M³ (COM FRE	TE)		52,59

Guilherme Rosinski Diretor do Depto. de Obras e Planejamento Urbano Compacta Comércio de Pedras LTDA - CNPJ: 04.242.001/0001-01 Linha Arroio Fundo, KM 13, [S/N], Zona Rural, Pato Bragado/PR CEP: 85948000 - TEL: (45)9982-7794 - E-mail: compacta_pedraseareia@hotmail.com

ORÇAMENTO Nº. 47

Data: 20/07/2017

Cliente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO -

End.: AVENIDA WILLY BARTH, 2885

Bairro: Centro

Cidade: Pato Bragado

Tel.: 32821355

Cel.:

CNPJ: 95719472000105

Compl.: CENTRO

UF: PR

CEP:85948000

 Produto
 Quantidade
 VIr. Unit.(R\$)
 Desconto(R\$)
 VIr. Final (R\$)

 000007
 PEDRA GRADUADA
 1,00 M³
 50,00
 0,00
 50,00

 TOTAL (R\$):
 0,00
 50,00

T04.242001/0001-01

COMPACTA COMERC

Est. Linha Arroio Fundo, etn - Sala 85.948-000 - Pato Bragado - Paranti

G. J. TULIO & CIA LTDA CNPJ: 07.180.097/0001-00

Administrador: Gilmar Jose Tulio

Rua Paranaguá, n. 1160, sala 02 – Pato Bragado/PR – CEP-85.948-000 – Fone: 45-9974-0630 Num. Registro CREA 43086 – NIRE – 41 2 0538217-1 – Inscrição no CAD/ICMS 90358565-09

Ilmo Sr.

Prefeito Municipal de Pato Bragado-PR

ORÇAMENTO

A empresa <u>G. J. Tulio & Cia Ltda</u>, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.180.097/0001-00, sediada na Rua Paranaguá, n.º 1160, sala 02, centro, no Município de Pato Bragado/PR, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Gilmar José Tulio, portador da Cédula de Identidade com RG sob nº 4.055.939-6/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 605.528.759-53, encaminha a Orçamento referente à venda de pedras graduadas, para a <u>Prefeitura do Município de Pato Bragado-PR</u>.

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário
01	Pedras Graduadas	1m³	R\$ 55,00

Declaramos que, em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega do objeto, tais como materiais, equipamentos e outros fornecimentos pertinentes, mão de obra, frete até o destino, encargos sociais, administração, lucro e quaisquer outros ônus.

Atenciosamente,

Pato Bragado/PR, em 21 de junho de 2017.

✓ Gilmar José Tulio

Representante legal da empresa

T07.180.097/0001-00

G. J. TULIO & CIA LTDA

Rua Paranaguá, 1160 - Sala 02 - Centro 85948-000 - Pato Bragado - Paraná



MAICON R. RAUPP E CIA LTDA - EPP CNPJ: 06.187.378/0001-22 IE: 90661049-39

Marechal Cândido Rondon, 19 de julho de 2017.

Α

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO

Av. Willy Barth, 2885 - Centro - Cep:85948-000 - Pato Bragado - PR.

CNPJ 95.719.472/0001-05

A/C - Setor de Compras

REMETENTE

Maicon R. Raupp e Cia Ltda - EPP

CNPJ: 06.187.378/001-22

IE: 90661049-39

Rua Luiz Centenaro, 811 Parque Industrial II - Marechal Cândido Rondon - PR

Fone: 45-3254-6778

Ref. Proposta para materiais.

A pedido de Vossa Senhoria apresentamos nossa proposta, conforme segue:

1. Descrição e valor

Pedra graduada.

Valor unitário por M³ = R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), o metro cubico.

2. Condições de Pagamento:

Conforme contrato

3. Validade da Proposta:

60 (trinta) dias.

4. Prazo de entrega:

Conforme contrato.

T06.187.378/0001-22

MAICON R. RAUP & CIA. LTDA - EP?

Fiua Luiz Centenaro, 811 - Parque Industrial II 85960-000 Marechal Candido Rondon - PR

Atenciosamente

Maicon R. Raupp e 21a Ltda CNPJ 06.187.378/0001-22

CPF 055.025.169-38

Rua Luiz Centenaro, 811 - Parque Industrial II - Marechal Cândido Rondon - PR. CEP 85960-000 Fone (45) 3254-6778 e-mail: construformaterraplanagen@bol.com.br site: www.construformaterraplanagen@bol.com.br

Página 1 de 1



Estado do Paraná

Pato Bragado – PR, aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2017.

De: Secretaria de Finanças Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição de pedra graduada e areia para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado – PR, sendo que o pagamento será efetuado através das seguintes dotações orçamentárias:

02.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0412210502.007 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

3.3.90.30.24 - 353 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

02.05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1236111502.013 - Manutenção de Ensino Fundamental

3.3.90.30.24 – 976 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 107

1236511502.018 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

3.3.90.30.24 – 1345 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

1236511502.019 – Manutenção das Atividades da CMEI

3.3.90.30.24 – 1479 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

1339212002.028 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO CULTURAL

3.3.90.30.24 - 1754 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

2781212502.030 - Manutenção Da Secretaria De Esportes

3.3.90.30.24 – 2003 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

154521300.2034 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras

3.3.90.30.24 –2283 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

154521300.2036 – Manutenção e Melhorias de Praças, Parques

3.3.90.30.24 –2596 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

175121400.2039 - Manutenção, ampliação do SABRA

3.3.90.30.24 –2684 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030114502.040 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30.24 – 2948 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 303

02.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0824315006.004 - Manutenção das Atividades do Projeto PIA

3.3.90.30.24 – 4774 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505



Estado do Paraná

02.13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2060616002.060 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.30.24 – 5546 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 000
02.14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE IND. COM. TURISMO E DES. ECONOMICO
226611650.2062 – Manutenção das Atividades da Secretaria
3.3.90.30.24 – 5704 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

Cordialmente

DJONI ALEANDER ROHDEN SECRETÁRIO DE FINANÇAS



Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO MUNICIPAL

Processo Licitatório, Modalidade Pregão Presencial, Para fins de Registro de Preços n.º 146/2017.

Ementa: Análise jurídico-formal das minutas de Edital de Pregão e de Contrato os quais tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pedra graduada e areia médica, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos, conforme termo de referência.

RELATÓRIO

Constam dos presentes autos o Termo de Referência contendo as especificações do objeto da presente licitação, descrição dos serviços, vigência da contratação e estimativa de preços, bem como a informação referente à dotação orçamentária para a contratação em tela.

Foram-nos encaminhadas as minutas do edital de Pregão e do Contrato para análise jurídico-formal, constante deste processo.

É o Relatório.

PARECER JURÍDICO

Analisado o objeto, verifico que é juridicamente possível e que há justificativa da Municipalidade quanto há eventualidade e incerteza da aquisição, pois não se tem exata certeza da quantidade a ser utilizada, conforme justificativa do secretário.

Superadas as ressalvas anteriores, verificamos que as minutas do Edital de Pregão e do Contrato atendem aos requisitos constantes da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555/2000, principalmente do contido no artigo 11, da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, instituído no Município de Pato Bragado pelo Decreto nº 107, de 20/10/2010, Lei Complementar Federal 123/2006, 124/2014, Lei Complementar Municipal 059/2015, Decreto Municipal 048/2015, bem como subsidiariamente com o conteúdo da Lei 8666/93, encontrando-se aptas para serem executadas.

Este é o parecer, que fica sob censura de outro entendimento que comprove melhor resguardo do interesse público.

Pato Bragado/PR, 02 de outubro de/2017

9/AB/PR 56100

Procuradora Municipal



Estado do Paraná

Pato Bragado – PR, aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2017.

De: Gabinete do Prefeito Municipal

Para: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

Senhor Secretário:

Em vista da solicitação desta Secretaria para aquisição de pedra graduada e areia para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado — PR, vimos comunicar que de conformidade com as informações do Departamento de Finanças e o Parecer da Procuradoria Jurídica, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento através da Comissão Permanente de Licitação, de abertura de processo licitatório na Modalidade "PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS", tipo "MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com o disposto na legislação vigente - Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93.

Atenciosamente

IEOMAR ROHŌEN Prefeito Municipal



Estado do Paraná

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2017. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

INTERESSADO: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PATO BRAGADO – PR. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura do Município de Pato Bragado — PR, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 08h20min do dia 20/10/2017, nas dependências da Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura, será realizada a sessão para a abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e documentação de Habilitação para o Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços N.º 146/2017, do tipo Menor Preço Global, nos termos do presente Edital e seus anexos, de acordo com o disposto na legislação vigente - Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93.

Aplica-se também neste Edital, as regras dispostas na Lei Complementar n.º 123/2006, LeiComplementar n.º 147/2014, e em especial a Lei Municipal Complementar n.º 059/2015 e DecretoMunicipal n.º 048/2015, que prioriza a contratação com microempresas e empresas de pequeno portesediadas no município, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

O horário para protocolo dos envelopes será até às 08h10min, do dia 20/10/2017, junto ao setor de protocolos da Municipalidade.

Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes, nem tão pouco ingresso de novos documentos, alheiros aos integrantes dos Envelopes Protocolados e em posse atual dos licitantes presentes.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a futura e eventual aquisição de pedra graduada e areia para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado PR, conforme relacionado no Termo de Referencia anexo ao Edital.
- 1.2 Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

Termo de Referência

Anexo I - Modelo de Carta de Credenciamento, que deverá ser apresentado fora dos envelopes 1 e 2, diretamente ao Pregoeiro, no início da sessão;

Anexo II — Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, que deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, fora dos envelopes 1 e 2, em fase seguinte ao Credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de Idoneidade, a ser apresentado junto aos documentos do envelope n.º 2;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Observância ao disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da CF; a ser apresentado junto aos documentos do envelope n.º 2;





Estado do Paraná

Anexo V - Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo Anexo;

Anexo VI — Modelo de Declaração de que se enquadra como ME ou EPP (lei complementar 123/2006), quando for o caso.

Anexo VII - Declaração de Negativa de Parentesco;

Anexo VIII - Modelo Proposta de Preços;

Anexo IX - Minuta do Contrato de Fornecimento;

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada a participação de empresas cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto solicitado.
- 2.2 Não poderão participar deste Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços:
 - a) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - b) Empresas que não atenderem às condições deste edital;
 - c) Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
 - d) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93)
 - e) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
 - f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - g) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - h) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - i) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
 - j) Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 2.4 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Documentos relativos ao credenciamento deverão estar em mãos do licitante, portanto FORA DOS ENVELOPES.





Estado do Paraná

- 3.2 Os representantes dos licitantes serão credenciados pelo Pregoeiro e deverão apresentar procuração, através de instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhes confira poderes para oferecer lances negociar preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 3.3 O representante, em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto, Contrato social ou Registro de Firma Individual, no qual estejam expressos seus poderes.
- 3.4 Além do instrumento de mandato, deverão apresentar obrigatoriamente cédula de identidade ou documento equivalente.
- 3.5 Caso não apresente os documentos citados nestes subitens (4.1, 4.2, 4.3 e 4.4), a empresa não poderá formular ofertas e lances de preços (permanecendo neste caso, os preços constantes na proposta escrita) nem tão pouco praticar os demais atos pertinentes ao certame.
- 3.6 O Modelo da Carta de Credenciamento encontra-se no Anexo I.
- 3.7 Cada credenciado poderá representar uma única licitante.
- 3.8 No ato da fase de "Credenciamento", o representante credenciado declarará que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação na licitação, e que a empresa não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem fatos impeditivos de sua habilitação. (O Modelo da Declaração de Habilitação encontra-se no Anexo V).
- 3.9 <u>Para comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou órgão de registro competente, ou declaração sobre sua condição de ME/EPP expedida por Contador.</u>

4: DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 No dia, hora e local estipulados no subitem 7.1 deste Edital, as proponentes deverão estar representadas por agentes credenciados, que se apresentarão ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, devidamente identificados com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia, e portando Termo de Credenciamento, de conformidade com o modelo constante Anexo deste Edital.
- 4.2 O Termo de Credenciamento, <u>a ser apresentado fora dos envelopes e juntamente com cópia autenticada ou original do ato constitutivo da proponente</u>, deverá prever expressamente a outorga de poderes para:
 - 4.2.1 Formular lances ou ofertas verbalmente;
 - 4.2.2 Negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados;
 - 4.2.3 Desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;
 - 4.2.4 Assinar a ata da sessão:
 - 4.2.5 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro; e
 - 4.2.6 Praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 4.3 Se o representante da proponente for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, <u>o</u> <u>Termo de Credenciamento deverá estar acompanhado</u> do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente





Estado do Paraná

registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

- 4.4 Nos demais casos, o representante do licitante deve apresentar <u>junto com o Termo de Credenciamento, instrumento público ou privado de procuração</u>, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para representar o licitante em todas as etapas do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços.
- 4.5 A não apresentação do Termo de Credenciamento citado no subitem 4.2 não será motivo para desclassificação ou inabilitação da proponente, mas impedirá que o representante se manifeste ou responda em nome da proponente durante a sessão, para as etapas de apresentação de lances verbais e/ou recurso.
- 4.6 Será admitida a presença de apenas 01 (um) representante para cada proponente credenciada.
- 4.7 Cada credenciado poderá representar 01 (uma) única proponente.
- 4.8 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da proponente por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro; neste caso, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, será mantido o preço apresentado na proposta escrita da proponente excluída.
- 4.9 Os documentos de credenciamento serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.

5. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES

- 5.1 Tão logo se encerre a etapa de credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão dos agentes credenciados a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, que <u>deverá ser apresentada fora dos envelopes</u>.
- 5.2 A ausência da referida declaração, ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital, desclassifica a proposta ora apresentada por este Licitante, cujo envelope será devolvido lacrado ao Licitante.
- 5.3 Recebida e aceita pelo Pregoeiro a declaração mencionada no subitem 5.1, dar-se-á prosseguimento à sessão com a abertura dos envelopes respectivos.
- 5.4 A ausência de identificação na parte externa dos envelopes, conforme solicitado nos subitens 8.1 deste Edital, não constitui motivo para desclassificação da proponente, devendo, todavia, seu representante legal proceder à devida identificação.

6.-DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS.

- 6.1 O enquadramento como microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
 - 6.1.1 A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI

R



Estado do Paraná

- da Lei Complementar nº 123/ receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- 6.1.2 A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.
- 6.2 A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- 6.3 Como condição para participação no certame, os licitantes deverão apresentar declaração, conforme ANEXO IV, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME/EPP ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, bem como nos artigos 49 e 50 da Lei Municipal Complementar 059/2015.
 - 6.3.1 A referida declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro, FORA DOS ENVELOPES.
- 6.4 As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet ou junto ao Departamento de Licitações se obrigam a acompanhar as publicações no site do Município, aba portal da transparência, item Licitações em andamento, com vista a possíveis alterações e avisos.

7. DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1 A Sessão Pública de abertura dos envelopes do **Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços** realizar-se-á no dia 20 de outubro de 2017, às 08h20min, na Sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Avenida Willy Barth, 2885, Centro, na Cidade de Pato Bragado, Estado do Paraná e será dirigida por um pregoeiro auxiliado pela equipe de apoio.
 - 7.1.1 Não havendo expediente na data supra, ocorrerá a sessão no primeiro dia útil subsequente em que houver atendimento no Paço Municipal, no mesmo local e horário originalmente fixado.
- 7.2 A recepção dos envelopes protocolados até o prazo previsto no preâmbulo deste edital, contendo as Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação se dará no local e horário estabelecidos neste Edital, não sendo admitido atraso, mesmo involuntário, considerando-se como horário de entrega o constante do protocolo.
 - 7.2.1 Após ser declarada aberta a sessão, não será aceita a apresentação de qualquer envelope e/ou documentos, a não serem os que estão dentro dos envelopes ou em mãos dos representantes presentes, até o momento de declaração de abertura da Sessão;
- 7.3 Todos os documentos apresentados pertinentes a este processo de licitação, deverão ser emitidos em papel timbrado da licitante ou conter o carimbo do CNPJ da mesma;
- 7.4 A Sessão Pública de abertura e julgamento de propostas se dará com a observância e ordem dos seguintes procedimentos:
 - 7.4.1 Credenciamento das proponentes ou de seus representantes legais;
 - 7.4.2 Recebimento da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (a ser apresentada fora de qualquer envelope)
 - 7.4.3 Abertura dos Envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos envelopes foram devidamente protocolados em tempo hábil;





Estado do Paraná

- 7.4.4 Análise das Propostas de Preços para fins de classificação das proponentes para a etapa de apresentação de lances verbais;
- 7.4.5 Realização da etapa de apresentação de lances verbais:
- 7.4.6 Classificação das Propostas de Preços;
- 7.4.7 Avaliação da Documentação de Habilitação da(s) proponente(s) que tiver(em) apresentado a(s) melhores proposta(s);
- 7.4.8 Recebimento de eventual(is) recurso(s); e
- 7.4.9 Adjudicação do objeto da licitação à proponente vencedora, no caso de inexistirem recurso(s).
- 7.5 Os envelopes contendo a documentação de habilitação da proponente desclassificada e das proponentes classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.
- 7.6 Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação das proponentes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará as proponentes para a continuidade da sessão em outra data.
- 7.7 Caso a sessão seja suspensa, o Pregoeiro deverá manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios, devidamente rubricados por ele e pelas proponentes, devendo reexibi-los na reabertura da sessão.
- 7.8 Iniciada a etapa de apresentação de lances verbais a suspensão dos trabalhos só poderá ocorrer após o Pregoeiro tê-la declarada encerrada.

8: DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1 A proposta de preços e documentos de habilitação exigidos neste Edital deverão ser recebidos em envelopes distintos e fechados, contendo impresso as seguintes indicações:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO	
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES	
PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXXXXX	
DATA DE ABERTURA: HORÁRIO: XXXXXXX	
ENVELOPE N.º 01 - " P R O P O S T A "	
-	
	-
LICITANTE: XXX	
CNPJ: XXX	
ENDEREÇO: XXX	





Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PATO BRAGADO	
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXXXX	
DATA DE ABERTURA: HORÁRIO: XXXXXX	
ENVELOPE N.º 02 - " D O C U M E N T A Ç Ã O "	
-	
LICITANTE: XXX	
CNPJ: XXX	
FNDFRECO·YYY	

ONDA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA GOMERCIA LENVELOPE Nº 1.1

- 9.1 A Proposta de Preços, a ser apresentada em conformidade com o modelo constante no Anexo deste Edital, e deverá ser elaborada em papel timbrado da proponente e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, não contendo rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, que dificultem sua análise sob pena de desclassificação;
- 9.2 A proposta de preços deverá conter:
 - 9.2.1 Razão social, endereço, CNPJ e inscrição estadual (ou municipal, se for o caso) da proponente, assim como, endereço completo, telefone ou fax, e endereço eletrônico, se houver, para contato;
 - 9.2.2 Identificação do número do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços;
 - 9.2.3 Ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou pelo procurador;
 - 9.2.4 Conter descrição completa, detalhada e precisa do objeto da licitação, com identificação da marca e estar em conformidade com as especificações mínimas contidas neste Edital;
 - 9.2.5 Indicação do valor em moeda nacional para o item ora cotado, objeto desta licitação, com no máximo 02 (duas) casas decimais.
 - 9.2.6 Identificar o <u>VALOR UNITÁRIO E GLOBAL DE CADA ITEM</u>, quando for o caso, bem como Valor global da proposta apresentada em numeral e por extenso;
 - 9.2.7 Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.
 - 9.2.8 Conter indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços;
 - 9.2.9 Conter indicação expressa de que a proposta inclui todos os custos e despesas, bem como o lucro almejado tais como: frete, seguro, tributos de qualquer natureza taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
 - 9.2.10 A empresa participante deverá cotar todos os itens, conforme regime de compra global.





Estado do Paraná

- 9.2.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar julgamento.
- 9.3 A apresentação da Proposta de Preços pela proponente implica na aceitação:
 - 9.3.1 Do prazo de pagamento e das demais condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.
 - 9.3.2 <u>Será devolvida lacrada, e será desclassificada de participar deste processo, a Licitante que deixar de apresentar em tempo hábil, a Declaração de que cumpre Todos os Requisitos de Habilitação, nos termos deste Edital, conforme modelo do Anexo II.</u>

10. DA ABERTURA DO ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

- 10.1 Vencida a etapa de credenciamento procederá o Pregoeiro à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de habilitação. Vencida a etapa de credenciamento procederá o Pregoeiro à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de <u>habilitação</u>.
 - 10.1.1 Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, o Pregoeiro deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.
- 10.2 A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria proponente ou na proposta poderá ser suprida pelo seu representante legal presente à sessão.
- 10.3 O Pregoeiro deverá analisar as propostas de preços das proponentes considerando o disposto neste Edital.
- 10.4 Será desclassificada a Proposta de Preços que:
 - 10.4.1 Não cumprir o disposto nos Item 9 e seus subitens deste Edital;
 - 10.4.2 Oferecer vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
 - 10.4.3 Apresentar preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;
 - 10.4.4 Apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
 - 10.4.5 Apresentar preço superior o preço máximo admitido.
 - 10.4.6 Aferidas todas as propostas, fará o Pregoeiro à classificação provisória das mesmas, em ordem crescente de valores.
- 10.5 O Pregoeiro classificará para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço e todas as proponentes que tenham apresentado propostas de preço, no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço POR GLOBAL ofertado.
 - 10.5.1 Visando aumentar a competitividade, poderá o pregoeiro conduzir todas as propostas classificadas para a fase de lances verbais.
- 10.6 Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas escritas, nos termos do subitem anterior, poderão os autores das 03 (três) melhores propostas oferecer novos lances verbais e sucessivos.
- 10.7 Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, será efetuado sorteio para o estabelecimento da ordem de classificação, cabendo ao vencedor do sorteio apresentar lance depois do perdedor na etapa de apresentação de lances verbais.





Estado do Paraná

10.8 Havendo uma única proponente ou uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços, ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE SEDIADO NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO/PR

- 11.1 Com base no Art. 44. da Lei Complementar 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nas situações em que as propostas finais, após os lances, apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, apresentada por empresa considerada de Grande Porte.
 - a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à proponente o prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme (LC 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas e positivas, com efeito, de certidão negativa;
 - b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.2 Em ocorrendo o empate, proceder-se-á da forma consignada no art. 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, devendo a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de Pequeno Porte, em querendo, apresentar na própria sessão sua nova proposta, a qual, será reduzida a termo na competente Ata.
 - 11.2.1 Caso a proponente não tenha representante com poderes para oferecer nova proposta presente à sessão, poderá exercer tal faculdade no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, mediante o envio de proposta escrita, sob pena de renúncia.
- 11.3 Para o gozo dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão as microempresas e/ou empresas de pequeno porte apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial, Declaração de Enquadramento devidamente arquivada no registro Competente, ou cláusula equivalente no ato constitutivo ou alterador.
 - 11.3.1 A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte de que trata o item 11.3, deverá ser feita anteriormente a apresentação das propostas comerciais, na fase de credenciamento, devendo a proponente realizar a entrega do documento comprobatório (em original ou cópia autenticada), fora de qualquer envelope, diretamente ao Pregoeiro.





Estado do Paraná

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 12.1 Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de preços.
- 12.2 Para proceder à classificação, o Pregoeiro considerará:
 - 12.2.1 O último preço ofertado, no caso das proponentes selecionadas para a etapa de apresentação de lances verbais;
 - 12.2.2 O preço contido na proposta escrita, no caso das proponentes não classificadas para a etapa de lances verbais, e a das classificadas que optaram por não apresentar lances verbais.
- 12.3 Ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da proponente classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ela negociar visando obter melhor preço.
 - 12.3.1 A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.
- 12.4 O Pregoeiro poderá, também, solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos, devendo a proponente estar pronta para prestar informações sobre os custos, inclusive com apresentação de planilhas e demonstrativos que justifiquem sua proposta.
- 12.5 Em caso de não apresentação ou de insuficiência das informações mencionadas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desclassificar a proponente, devendo para isso promover despacho fundamentado, que será anexado aos autos do processo, hipótese em que procederá ao exame da proposta da proponente classificada na sequência.

13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE N.º2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) E SEU CONTEÚDO

- 13.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original e/ou cópia autenticada por tabelião de notas e/ou servidor público, ou ainda cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, no ato da sessão de abertura deste Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços.
- 13.2 Os documentos deverão ser entregues, preferencialmente, na sequência indicada nos itens abaixo, a fim de permitir celeridade na sua conferência e no seu exame.
- 13.3 As proponentes que possuem Certificado de Registro Cadastral do Município de Pato Bragado PR, em plena validade e na compatibilidade do objeto Licitado, devem apresentá-lo, ficando dispensados da apresentação dos documentos descritos nos subitens 13.6 e 13.10, a seguir relacionados.
- 13.4 As demais proponentes, não cadastradas no Município de Pato Bragado PR, devem apresentar todos os documentos abaixo listados.
- 13.5 Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:
 - 13.5.1 Habilitação Jurídica;
 - 13.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 13.5.3 Documentação complementar.

J2



Estado do Paraná

- 13.6 A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
 - 13.6.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 13.6.2 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, no caso de sociedade empresária limitada, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
 - 13.6.3 Cédula de Identidade e CPF do administrador da empresa;
- 13.7 A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
 - 13.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
 - 13.7.2 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - 13.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa Conjunta, ou Positiva com efeito de Negativa, de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
 - 13.7.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda SEFA;
 - 13.7.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão quanto a Tributos Municipais), do domicílio ou sede da proponente.
 - 13.7.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br/certidao)
- 13.8 A prova de regularidade fiscal poderá ser feita por certidão positiva, desde que tenha efeitos de negativa.
- 13.9 Considera-se certidão positiva com efeitos de negativa a certidão onde conste a existência de débitos:
 - 13.9.1 Não vencidos;
 - 13.9.2 Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
 - 13.9.3 Cuja exigibilidade esteja suspensa;
 - 13.9.4 Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços.
- 13.10 Para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - 13.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;
 - 13.10.2 Balanço Patrimonial do exercício de 2016, dispensável para MEI.
- 13.11A documentação complementar a ser apresentada será:
 - 13.11.1 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, conforme modelo anexo;
 - 13.11.2 Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo Anexo;
 - 13.11.3 Declaração de Idoneidade, conforme modelo anexo.





Estado do Paraná

13.11.4 Declaração de Negativa de Parentesco, conforme modelo anexo.

13.12 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços e seus Anexos.

13.13 No caso de verificação de irregularidades nas certidões exigidas para habilitação da licitante, o Pregoeiro, em havendo disponibilidade dos dados necessários em sites oficiais, fará a consulta para saneamento das falhas encontradas, e, extrairá o respectivo comprovante para juntada aos autos.

13.14 Ocorrendo o empate, as empresas empatadas serão habilitadas para os lances.

14 DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO VENCEDOR E RECURSOS.

- 14.1 Superada a etapa de classificação de propostas e análise da proposta de preço da proponente classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação da mesma, procedendo à verificação dos respectivos documentos.
- 14.2 É assegurado a todas as proponentes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios da proponente classificada em primeiro lugar, assim como de rubricá-los.
- 14.3 Constituem motivos para inabilitação da proponente:
 - 14.3.1 A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
 - 14.3.2 A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;
 - 14.3.3 A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à filial;
 - 14.3.4 A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões:
 - 14.3.5 O não cumprimento dos requisitos de habilitação; e
 - 14.3.6 A apresentação de cópias desacompanhadas de originais para autenticação, quando não autenticadas por tabelião de notas, ou por servidor Público Municipal.
- 14.4 A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria proponente ou na proposta poderá também ser suprida pelo seu representante legal presente à sessão.
- 14.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital e em seus Anexos, será a proponente declarada vencedora.
- 14.6 Declarado à vencedora, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cabendo ao Pregoeiro respeitar os seguintes procedimentos:
 - 14.6.1 Após registrar o evento em ata, o Pregoeiro pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não acatá-lo, conceder prazo de 03 (três) dias úteis, excluído o dia de início e incluído o dia do término, para apresentação das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser encaminhada ao Pregoeiro, mediante protocolo junto ao setor competente da Prefeitura do Município de Pato Bragado, no endereço mencionado no preâmbulo, durante o horário normal de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min;
 - 14.6.2 As demais proponentes serão intimadas para apresentar contrarrazões ao recurso interposto, se assim o quiserem, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do

12



Estado do Paraná

processo, que permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local e horários mencionados no subitem anterior.

- 14.6.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;
- 14.6.4 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento;
- 14.6.5 Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;
- 14.6.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento; e
- 14.6.7 Decididos os recursos, no prazo de 02 (dois) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e a homologação;
- 14.7 A falta de manifestação imediata e motivada por parte das proponentes importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação à proponente vencedora.

15 DO PRECO

- 15.1 O preço deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, seguro, tributos de qualquer natureza e demais despesas relacionadas ao objeto desta Licitação, sejam elas diretas ou indiretas.
- 15.2 Somente serão aceitas e consideradas válidas, as propostas de preços cujo valor GLOBAL seja igual ou inferior a R\$ 115.886,00 (cento e quinze mil oitocentos e oitenta e seis reais).

16 DOS PRAZOS, E CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1 A entrega dos materiais será feita parceladamente, dentro de território do Município, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo ou outra que houver solicitado o material, num prazo de até 03 (três) dias, após a solicitação, sem custo adicional de frete;
- 16.2 Os produtos ora relacionados, deverão ser de primeira qualidade.
- 16.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma.

17 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega dos materiais solicitados, condicionados ao termo de aceitação assinado pela Secretária Municipal solicitante.
- 17.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- 17.3 Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação do produto, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasuras e/ou entrelinhas.
- 17.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.



Estado do Paraná

17.5 A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Ordem Fiscal, demonstrando situação regular <u>da Empresa</u> no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

17.6 As retenções do INSS, ISS e IR relativos ao valor da mão de obra desta Ata de Registro de Preços, deverão ser demonstrados pela Licitante vencedora e serão retidos diretamente na Fonte pagadora, quando for o caso.

17.7 Em caso de não cumprimento pela Contratada de qualquer disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução.

Para fazer face às despesas previstas nesta Licitação, serão utilizados recursos orçamentários previstos na seguinte Dotação orçamentária:

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL

02.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0412210502.007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

3.3.90.30.24 – 353 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1236111502.013 - Manutenção de Ensino Fundamental

3.3.90.30.24 - 976 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 107

1236511502.018 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

3.3.90.30.24 – 1345 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

1236511502.019 – Manutenção das Atividades da CMEI

3.3.90.30.24 – 1479 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

1339212002.028 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO CULTURAL

3.3.90.30.24 – 1754 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

2781212502.030 – Manutenção Da Secretaria De Esportes

3.3.90.30.24 - 2003 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

02.08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

154521300.2034 — Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras

3.3.90.30.24 –2283 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

154521300.2036 – Manutenção e Melhorias de Praças, Parques

3.3.90.30.24 –2596 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

175121400.2039 - Manutenção, ampliação do SABRA

3.3.90.30.24 –2684 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030114502.040 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30.24 – 2948 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 303

02.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0824315006.004 - Manutenção das Atividades do Projeto PIA

3.3.90.30.24 – 4774 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2060616002.060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.30.24 – 5546 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 000





Estado do Paraná

02.14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE IND. COM. TURISMO E DES. ECONOMICO 226611650.2062 – Manutenção das Atividades da Secretaria

3.3.90.30.24 – 5704 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

18 DOS REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

- 18.1 É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que sejam protocolados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.
- 18.2 O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.
- 18.3 O requerimento, dirigido à autoridade subscritora do Edital, deverá ser devidamente protocolado no setor de Protocolos da Prefeitura do Município de Pato Bragado, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, durante o horário normal de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
 - 18.3.1 Não serão aceitas impugnações por fax, e-mail ou de forma verbal, devendo as mesmas estarem devidamente motivadas.
- 18.6 Os esclarecimentos deverão ser prestados pela autoridade subscritora do Edital, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento, passando este a integrar, juntamente com aqueles, os autos do procedimento.
- 18.7 As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

19 DAS ALTERAÇÕES PROVENIENTES DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1 Desde que implique modificação(ões) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), designação de nova data para a realização do certame e divulgação da mesma forma dada ao ato convocatório original.

20 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 20.1 Encerrada a sessão pública, a autoridade competente:
 - 20.1.1 Se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao vencedor e à homologação do resultado do Pregão;
 - 20.1.2 Inexistindo recursos, homologará o resultado do Pregão.
- 20.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado oficialmente, durante o prazo de validade da proposta, para assinar o Contrato, cujo modelo consta no Anexo deste Edital, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de convocação.
 - 20.2.1 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período ao originalmente fixado, quando houver solicitação por escrito da parte





Estado do Paraná

interessada e desde que ocorra motivo justificado que seja acatado pela autoridade competente.

- 20.3 O Contrato deve ser assinado por representante legal do adjudicatário, sendo que:
 - 20.3.1 Se o representante do adjudicatário for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentado original ou cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; e
 - 20.3.2 Nos demais casos, o representante do adjudicatário deve apresentar instrumento público ou privado de procuração, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do adjudicatário, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para assinar o Contrato.
- 20.4 Como condição para assinatura do Contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 20.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 20.6 As situações que, eventualmente, não forem contempladas pelo contrato, regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 20.7 Ressalvados motivos de força maior e/ou casos fortuitos, a inexecução contratual por parte da proponente vencedora, ocasiona rescisão do contrato, e autoriza a Administração a convocar a próxima proponente, na ordem de classificação, para assinar novo Contrato.
- 20.8 O Município de Pato Bragado PR, poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste instrumento convocatório, bem como, deixar de cumprir com qualquer das disposições do item 20.4 retro, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, sem prejuízo da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

21 DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 21.1 Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos do fornecedor e a retribuição da Administração Pública para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.
- 21.2 Os dados pertinentes ao restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente deverão ser demonstrados por meio do preenchimento de Planilha de Decomposição de Preços.





Estado do Paraná

21.3 Caso o licitante vencedor atrase na execução do objeto imotivadamente e, em decorrência deste atraso ocorram modificações no equilíbrio econômico-financeiro, este não terá direito ao reestabelecimento de que trata o item 21.1

22 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 22.1 O contratado obriga-se a:
 - 22.1.1 A fornecer os produtos conforme estabelecido neste Edital e forma estabelecidos no contrato.
 - 22.1.2 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 22.1.3 Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
 - 22.1.4 O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

23 DAS PENALIDADES

- 23.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
 - 23.1.1 Advertência por escrito;
 - 23.1.2 Multa de mora de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
 - 23.1.3 Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
 - 23.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 23.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 23.2 A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:
 - 23.2.1 Advertência por escrito;
 - 23.2.2 Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
 - 23.2.3 Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;
 - 23.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 23.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que





Estado do Paraná

será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

- 23.3 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.
- 23.4 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
 - 23.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 23.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 23.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 23.6 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.
- 23.7 Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo.

24 DA REVOGAÇÃO E/OU ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 24.1 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação com base em razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 24.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.
 - 24.2.1 As proponentes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.
- 24.3 A comunicação da anulação ou da revogação do procedimento licitatório, deverá ser feita pessoalmente, ou por correspondência com aviso de recebimento, promovendo-se a juntada dos respectivos comprovantes aos autos.
 - 24.3.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando-se revogado ou anulado o procedimento licitatório a contar da última publicação.





Estado do Paraná

25 FORO

25.1 As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pato Bragado – PR, aos dois dias do mês de outubro de 2017.

LEONAR ROHDEN Prefeito do Município



Estado do Paraná



01 Objeto;

Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado — PR, conforme abaixo relacionado abaixo;

ITEM	QTD.	UND	DESCRIÇÃO .	TETO MÁXIMO UNITÁRIO
1	2.000	M ³	Pedra Graduada	R\$ 52,67
2	200	M ³	Areia média	R\$ 52,73

• Os materiais deverão ser entregues pela Licitante Vencedora, dentro de território do Município, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, ou outra que houver solicitado o material, num prazo de até 03 (três) dias, após a solicitação, sem custo adicional de frete.

02 Condições e prazos de pagamento

O pagamento será realizado em até o 10º(decimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a entrega de nota fiscal e relatórios dos serviços prestados e folha e/ou cartão ponto das horas trabalhadas dos profissionais.



Estado do Paraná

ANEXO I

(Deverá ser entregue fora dos envelopes nº 01 e 02)

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO — PR.
Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços n.º/2017.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa			, inscrit	a no CNPJ/N	1F sob nº
			com	.,	sede
à	<u></u>	, nes	ste ato repres	entada pelo(s) sócios.
Sr	RG			CPF/MF_	
resident					
Bairro		•			Estado
seu(s) Procurador(s) o		instrumento	de mandato,	nomeia e	constitui,
RG	CPF/MF				e na
			nº		Bairro
<i></i>	Cidade de	<u></u>			Estado
Pato Bragado, praticar os a Presencial sob nº preços e demais condições, receber e dar quitação, obter iguais poderes, dando tudo pr	_, usando dos rec , confessar, transi ndo ainda, substabo	ursos, interp gir, desistir, f elecer esta er	ô-los, aprese firmar compr n outrem, cor	ntar lances, omissos ou n ou sem res	negociar acordos.
<i></i>	de		de 2017.		



Prefeitura do Município de Pato Bragado Estado do Paraná

ANEXO II

(Deverá ser entregue fora dos envelopes nº 01 e 02)
Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – Pr.
Pregão Presencial n.º/2017.
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Prezados Senhores:
Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ n.sq, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a), portador(a) do documento de identidade RG n.sq, emitido pela SSP/, e do CPF n.sq, DECLARA, sob penas da Lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão acima mencionado.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
, de de 2017.
Nome completo e Assinatura do Representante Legal RG/CPF Função



Estado do Paraná

ANEXO III

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – Pr.
Pregão Presencial n.º/2017.
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
Prezados Senhores:
Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a), portador(a) do documento de identidade RG n.º, emitido pela SSP/, e do CPF n.º, DECLARA, sob penas da Lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
, de de 2017.
Nome completo e Assinatura do Representante Legal RG/CPF Função



Estado do Paraná

ANEXO IV

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – Pr.
Pregão Presencial n.º/2017.
MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Prezados Senhores:
, inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a), portador(a) do documento de identidade RG n.º, e do CPF n.º, DECLARA, sob penas da Lei, que encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, ou seja, não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviço perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezessete anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
, de de 2017.
Nome completo e Assinatura do Representante Legal RG/CPF Função



Estado do Paraná

ANEXO V

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial n.º/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar 123/2006)

A empresa	inscrita no CNP inscrita no CNP.
nº	, por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr.(a.)	, portador(a) da Carteira de
Identidade nº;	e do CPF nº DECLARA
para fins do disposto no Edital supra, sob as da lei, que esta empresa, na presente data	s sanções administrativas cabíveis e sob as penas
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do ar 14/12/2006;	tigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, confoi Complementar nº. 123, de 14/12/2006.	rme Inciso II do artigo 3º da Lei
Declara ainda que a empresa está excluída da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezer	as vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º mbro de 2006.
de	de 2017.
	•
Rep. Legal: Cargo:	
OBS. Assinalar com um "X" a condição da em	presa.
Este formulário deverá ser preenchido pelas nesta licitação do regime diferenciado e fa 123/2006.	empresas que pretenderem se beneficiar ovorecido previsto na Lei Complementar nº.



Prefeitura do Município de Pato Bragado Estado do Paraná

ANEXO VI

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO — Pr.
Pregão Presencial n.º/2017.
Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração
Prezados Senhores:
, inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a), portador(a) do documento de identidade RG n.º, emitido pela SSP/, e do CPF n.º, DECLARA, sob penas da Lei, que, que não existem impedimentos legais para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualque de suas esferas.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
,de de 2017.
Nome completo e Assinatura do Representante Legal
RG/CPF Função



Estado do Paraná

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

A proponente (inserir), participante da Licitação Modalidade de nº/2017, declara sob as penas da Lei, e para todos os fins de direito, que:
() não possui em seu quadro social, servidores municipais ou detentores de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidor municipal membro da Comissão de Licitação e Pregão, chefe do executivo municipal ou secretários.
Ou
() possui em seu quadro social, servidores municipais ou detentores de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau com o servidor municipal ocupante do cargo
(Local e Data).
(Nome, assinatura e Número da Carteira de Identidade do Declarante e carimbo da empresa proponente)



Estado do Paraná

ANEXO VIII - PROPOSTA DE PREÇOS

(razão social, endereço completo, telefone, "fac-simile" e CNPJ)

(Local),	de		de 2017.			
	ssão de Lio egão Pres	-	•••••			
relativa atividad Objeto	à futura les das Se	e eventu cretarias ão, moda	emos à apreciação de Vossas Senho al entrega de Pedra Graduada e Are e Departamentos do Municipio de Pa lidade Pregão Presencial P/ Fins De F xo:	eia Média, ato Bragad	para man lo – PR, no	utenção das os termos do
ITEM	QUT.	MED.	DESCRIÇÃO PRODUTO	Marca	V. Item	V. Global
01						
02						<u> </u>
			VALOR TOTAL R\$			
Prazo d Prazo d	lobal da P e entrega e validade Bancários:	: e da Propo				
perfeita fornecia	entrega mentos pe	do objeto ertinentes	os preços, estão incluídos todos os desta licitação, tais como materiais, a , mão de obra, encargos sociais, admi objeto desta licitação.	parelhos,	equipamer	ntos e outros
técnica	s ou qual	quer outr	licitado, observaremos rigorosamen a que garanta a qualidade igual ou s sela perfeita realização dos trabalhos.	-	-	
Atenciosamente,						

Nome e assinatura da Proponente.



Estado do Paraná

ANEXO IX MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PREGÃO PRESENCIAL N.º 146/2017

	Ata do Pogista	o do Pro	cas da Bras	tação de Serviço	e ano e	ntra ci	calabram c
	MUNICÍPIO	DE	ços de Fies PATO	BRAGADO	•		empresa
				nos ter	mos da	Lei n°	8.666/93 e
	suas alteraçõe	s posteri	ores e na fo	rma abaixo:			
Ass dies de	a mão do outubro	do dois	mil a dana	scoto a omnros	_	noccon	iurídica de
	o mês de outubro			•	-	-	-
•	nscrita no CNPJ so		-		-	-	•
•	para Contato n.º	•	•	•		-	
RG n.º e do	CPF n.º	vem pel	a presente a	ATA DE REGISTR	O DE P	REÇOS,	firmar com

o CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF

sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pela Prefeito, o senhor Prefeito Leomar Rohden, brasileiro, casado, portador do CPF nº 550.079,379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue.

Cláusula primeira - Do Objeto:

Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado — PR, conforme abaixo relacionado abaixo;

ITEM	QTD.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	Valor Unit.	Valor Total
1	2.000	M ³	Pedra Graduada			
2	200	M³	Areia média			

 Os materiais deverão ser entregues pela Licitante Vencedora, dentro de território do Município, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, ou outra que houver solicitado o material, num prazo de até 03 (três) dias, após a solicitação, sem custo adicional de frete.

02 Condições e prazos de pagamento

O pagamento será realizado em até o 10º (decimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a entrega de nota fiscal e relatórios dos serviços prestados e folha e/ou cartão ponto das horas trabalhadas dos profissionais.

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial p/ Fins de Registro de Preços nº/....., quanto a proposta adjudicada integram a presente ata de registros, valendo seus termos



Estado do Paraná

e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização desta ata de registro de preços, ficará à cargo da Secretaria Municipal de Administração.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O valor global desta Ata de Registro será de R\$...... O pagamento será efetuado em até 30 dias após a efetiva realização/prestação dos serviços objeto licitado, condicionados ao tremo de aceitação da Secretaria de Administração.

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação deNegativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular <u>da Empresa</u> no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência da Ata de Registro e do Crédito Orçamentário

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma, a qual não poderá ser prorrogada. As despesas decorrentes deste Ata de Registro de Preços correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL

02.03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0412210502.007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

3.3.90.30.24 – 353 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1236111502.013 – Manutenção de Ensino Fundamental

3.3.90.30.24 - 976 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 107

1236511502.018 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

3.3.90.30.24 – 1345 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

1236511502.019 – Manutenção das Atividades da CMEI

3.3.90.30.24 – 1479 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

1339212002.028 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO CULTURAL

3.3.90.30.24 - 1754 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505



Estado do Paraná

02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

2781212502.030 - Manutenção Da Secretaria De Esportes

3.3.90.30.24 - 2003 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

02.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO

154521300.2034 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras

3.3.90.30.24 –2283 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

154521300.2036 - Manutenção e Melhorias de Praças, Parques

3.3.90.30.24 –2596 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

175121400.2039 - Manutenção, ampliação do SABRA

3.3.90.30.24 –2684 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 505

02.09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030114502.040 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30.24 – 2948 – Material para manutenção de bens Imóveis – Fonte 303

02.10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0824315006.004 - Manutenção das Atividades do Projeto PIA

3.3.90.30.24 - 4774 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

02.13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2060616002.060 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.30.24 - 5546 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 000

02.14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE IND. COM. TURISMO E DES. ECONOMICO

226611650.2062 - Manutenção das Atividades da Secretaria

3.3.90.30.24 - 5704 - Material para manutenção de bens Imóveis - Fonte 505

Cláusula Quinta - Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços no lugar e forma estabelecidos no Ata de Registro de Preços.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Ata de Registro de Preços .

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução do Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,5% sobre o valor do Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do Ata de Registro de Preços ;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor do Ata de Registro de Preços ;



Estado do Paraná

- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 sobre o valor do Ata de Registro de Preços por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do Ata de Registro de Preços ;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Municipio e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do Ata de Registro de Preços e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.



Estado do Paraná

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima - Da Rescisão:

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO — A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-selhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Ata de Registro de Preços s e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona - Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima - Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Cumprir com o previsto nesta Ata, Proposta de Preços apresentada e Licitação modalidade Pregão Presencial P/ Fins De Registro De Preços n.º XXXX/2017.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito, na presença das testemunhas abaixo.

esteriumas abaixo.
Pato Bragado – PR., em de 2017.
MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CONTRATANTE

CEP: 85.948-000 FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO -- PR.

Pregão Presencial p/ Fins de Registro de Preços n.º 146/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME, inscrita 04.242.001/0001-01, com sede à Est. Linha Arroio Fundo, s/n, Zona Rural, Pato Bragado/PR, CEP: 85.948-000 Telefone: (45) 3282-1377, neste ato representada pelo Sr. Mario Ferreira dos Passos, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, residente na Rua Paranaguá, 1819, Centro, no Município de Pato Bragado/PR, CEP: 85.948-000, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu procurador o Senhor Mario Ferreira dos Passos, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, residente na Rua Paranaguá, 1819, Centro, no Município de Pato Bragado/PR, CEP: 85.948-000, a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Pato Bragado, praticar os atos necessários com relação a licitação na modalidade de Pregão Presencial sob nº 146/2017, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, obtendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

ato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

M.

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME CNPJ/MF: nº 04.242.001/0001-01

NIRE: 412.0448769-6

Folha: 1 de 4

Os abaixo identificados e qualificados:

1) MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS, brasileiro, solteiro, nascido em 12/03/1984, natural de Santa Helena-PR, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 047.705.439-05, portador da carteira de identidade RG nº. 82851496/SSP-PR, residente e domiciliado na Av. Continental, 800, Casa, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000.

- + 4. may 4. .

2) MARIO FERREIRA DOS PASSOS, brasileiro,casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 27/08/1955, natural de Campina Missoes-RS, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 211.036.150-68, portador da carteira de identidade RG nº. 1009708081/SSP-PR, residente e domiciliado na Av. Continental, 800, Casa, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME, com sede no Acesso Linha Arroio Fundo, S/N, Sala, Zona Rural, Pato Bragado-PR, CEP 85948-000, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.242.001/0001-01, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0448769-6 em 22/01/2001; resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - MUDANÇA DE ESTADO CIVIL E DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DE SÓCIO: Altera-se o estado civil do sócio MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS passando de solteiro para casado sob o regime de comunhão parcial de bens e o endereço que era na Av. Continental, 800, Casa, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000, fica alterado para Acesso Linha Arroio Fundo, SN, Zona Rural, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO, NUMERO D CARTEIRA DE IDENTIDADE E NATURALIDADE DE SÓCIO: O endereço do sócio Mario Ferreira dos Passos que era na Av. Continental, 800, Casa, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000, fica alterado para Rua Paranaguá, 1819, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000, carteira de identidade RG nº 13.908.975-8 SSP/PR, natural de Santa Rosa-RS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS: o sócio MARIO FERREIRA DOS PASSOS, acima qualificado, transfere, com o consentimento dos outros sócios, as 27.750 (vinte sete mil, setecentos e cinqüenta) quotas integralizadas pelo valor nomínal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 27.750,00(vinte sete mil, setecentos e cinqüenta reais) ao sócio MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS, acima qualificado, dando plena quitação das quotas cedidas.

CLÁUSULA QUARTA- NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL: Em virtude das modificações havidas, o capital social no valor de R\$ 185.000,00(cento e oitenta e cinco mil reais) divididos em 185.000(cento e oitenta e cinco mil) quotas de R\$ 1,00(um real) cada uma, inteiramente integralizado em moeda nacional, fica assim dividido entre os sócios:

Nome - And Charles - And Charl	(%)	Cotas	Valor R\$
MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS	40.00	74.000	74.000,00
MARIO FERREIRA DOS PASSOS	60.00	111.000	111.000,00
TOTAL	100.00	185.000	185.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2016 16:40 SOB N° 20164840133. PROTOCOLO: 164840133 DE 02/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601889940. NIRE: 41204487696. COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 21/09/2016 www.empresafacil.pr.gov.br

M



A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME

CNPJ/MF: nº 04.242.001/0001-01 NIRE: 412.0448769-6

Folha: 2 de 4

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME CNPJ/MF: 04.242.001/0001-01 NIRE: 412.0448769-6

Os abaixo identificados e qualificados:

- 1) MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 12/03/1984, natural de Santa Helena-PR, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 047.705.439-05, portador da carteira de identidade RG nº. 82851496/SSP-PR, residente e domiciliado no Acesso Linha Arroio Fundo, SN, Zona Rural, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000.
- 2) MARIO FERREIRA DOS PASSOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 27/08/1955, natural de Santa Rosa-RS, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 211.036.150-68, portador da carteira de identidade RG nº. 13.908.975-8/SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Paranaguá, 1819, Centro, Pato Bragado-PR, CEP: 85948-000.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME, com sede no Acesso Linha Arroio Fundo, S/N, Sala, Zona Rural, Pato Bragado-PR, CEP 85948-000, e inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.242.001/0001-01, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0448769-6 em 22/01/2001; resolvem consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade gira sob o nome empresarial de COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME e tem sede e domicílio no Acesso Linha Arroio Fundo, S/n, SALA, Zona Rural, Pato Bragado-PR, CEP 85948-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

ÇLÁUSULA TERCEIRA- INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades em 15/01/2001 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis, bem como prestação de serviço de pavimentação de estradas com pedras irregulares, e transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal e Interestadual.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), divididos em 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e já integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

Nome .	A (%)	Cotas	Valor/R\$
MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS	40.00	74.000	74,000,00
MARIO FERREIRA DOS PASSOS	60.00	111.000	111.000,00
TOTAL	100.00	185.000	185.000,00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2016 16:40 SOB N° 20164840133. PROTOCOLO: 164840133 DE 02/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601889940. NIRE: 41204487696. COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 21/09/2016 www.empresafacil.pr.gov.br MI



OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME CNPJ/MF: nº 04.242.001/0001-01

NIRE: 412,0448769-6

Folha: 3 de 4

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS e MARIO FERREIRA DOS PASSOS, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2.º - Faculta-se aos administradores, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - RETIRADA PRO-LABORE: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoníais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

JUNTA COMERCIAL DO PARANA CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2016 16:40 SOB N° 20164840133. PROTOCOLO: 164840133 DE 02/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601889940. NIRE: 41204487696. COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 21/09/2016 www.empresafacil.pr.gov.br

M

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-ME CNPJ/MF: nº 04.242,001/0001-01

NIRE: 412.0448769-6

Folha: 4 de 4

M

será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Marechal Candido Rondon-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente, em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumprí-lo em todos os seus termos.

Pato Bragado-PR, 28 de julho de 2016.

MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS

MARIO FERREMA LOS PASSOS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2016 16:40 SOB N° 20164840133. PROTOCOLO: 164840133 DE 02/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601889940. NIRE: 41204487696. COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 21/09/2016





Servico Disyrital de Pato Pragado Rus Purisingul, 1160 - ; ou brought i omeres May C. Rom I 160 i accisto 1282-1299 for Alisneis Mer Tullo

Selo nº 1Houc.9Vzzm.76VAu, Controle: DG JE.GJRD
Consulte esse selo em:http://funarpen.com.b/
Reconheço por Verdadeiya as assinaturas de MAICO ANDRE
FERREIRA DOS PASSOS (2544), MARIO/FERREIRA DOS
PASSOS (346). *0005 PASIOX PO 1105646-96/. Dou10.
Pato Bragado-Parara, 09 da anosto de 2016/1052:08h.
Em Testº da Verdade

Alisnéia Kern Tulio



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/09/2016 16:40 SOB N° 20164840133. PROTOCOLO: 164840133 DE 02/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601889940. NIRE: 41204487696. COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LIDA - ME

> Libertad Bogus SECRETARIA-GERAL CURITIBA, 21/09/2016 www.empresafacil.pr.gov.br

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME CNPJ sob o nº 02.242.001/0001-01 Linha Arroio Fundo, s/n, Zona Rural

Pato Bragado/PR, CEP: 85.948-000 FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO - Pr.

Pregão Presencial n.º 146/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

· 🛪 🚶

Prezados Senhores:

١,

Pelo presente instrumento, a empresa COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, por intermédio de seu representante legal, o Sr. <u>Mario Ferreira dos Passos</u>, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, DECLARA, sob penas da Lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão acima mencionado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

PatojBragado/PR, 20 de outubro de 2017.

ಕಗಳ

1

ıma

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreirá dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

MI

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial n.º 146/2017

DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar 123/2006)

A empresa COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Mario Ferreira dos Passos**, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, DECLARA, para fins do disposto no Edital supra, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

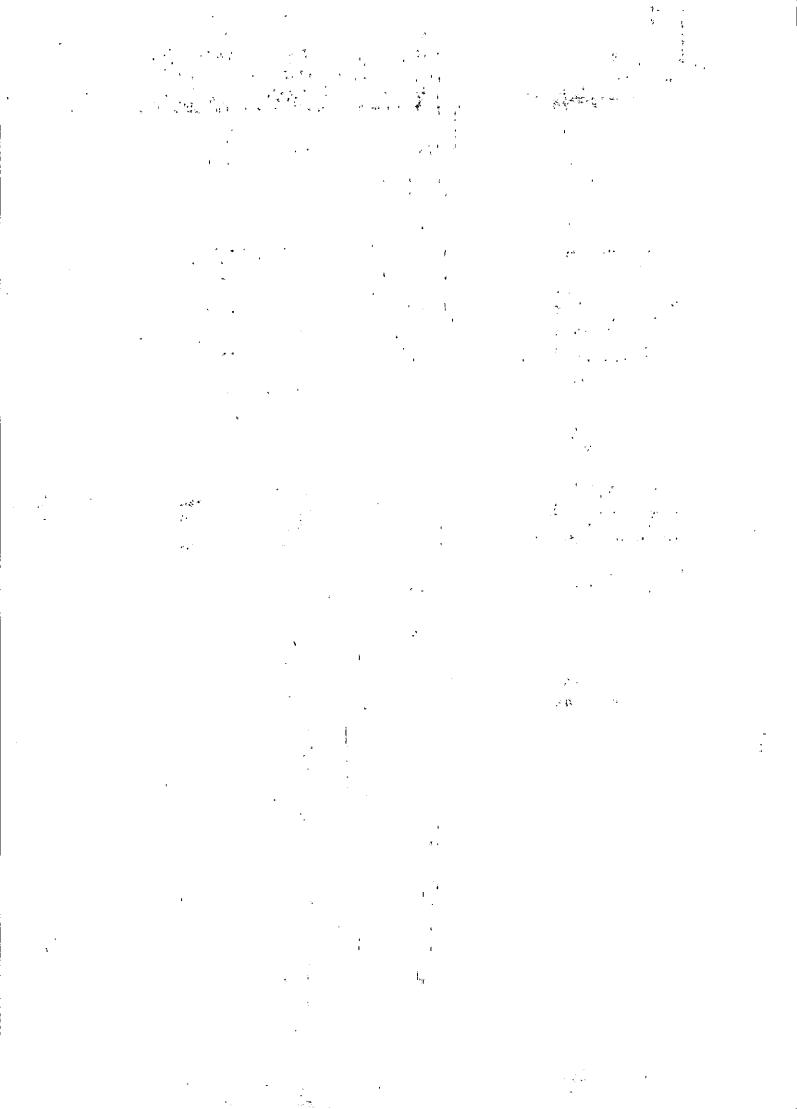
Pato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

THE LACE

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

Morato





DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMERESARIAL ETINTEGRAÇÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página:

001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

41 2 0448769-6

CNPJ.

04.242.001/0001-01

Cata de Arquivamento do

Ato Constitutivo 22/01/2001

Data de Início de Atividade

Endereço Completo (Legradouro, № e Complemento, Bairro, Cidade, U ACESSO LINHA ARROIO FUNDO, S/N-SALA, ZONA RURAL, PATO BRAGA

15/01/2001

COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DA EXTRAÇÃO MINERAL, EXCETO COMBUSTIVEIS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS COM PEDRAS IRREGULARES, E TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS, MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL.

185,000,00

(CENTO E OITENTA E CINCO MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Prazo de Duração

Capital Integralizado: R\$

185.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL REAIS)

Microempresa

Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término 🙌 Mandato

Nome/CPF ou CNPJ

MARIO FERREIRA DOS PASSOS

211.036.150-68

MAICO ANDRE FERREIRA DOS PASSOS.

047.705.439-05

<u>Administrador</u>

Término do Mandato

Administrador XXXXXXXXX

74.000 (C 000.00

Participação no capital (RS) Espécie de Sócio

111.000.63

Administrador

XXXXXXXXX

Último Arquivamento

Data: 21/09/2016

Número: 20164840133

Situação

REGISTRO ATIVO

Ato: ALTERAÇÃO

Status

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

LIBERTAD BOGU SECRETARIA GER

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR, 18 de outubro de 2017

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial n.º 146/2017

PROPOSTA DE PREÇOS

3.2

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME CNPJ sob o nº 02.242.001/0001-01 Linha Arroio Fundo, s/n, Zona Rural Pato Bragado/PR, CEP: 85.948-000

Pato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017 À Comissão de Licitação

Ref.: Pregão Presencial nº 146/2017

Prezados Senhores:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços relativa a futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamento do município de Pato Bragado-PR, nos termos do objeto da licitação, modalidade Pregão Presencial p/ fins, de Registro de Preços nº 146/2017, conforme relacionado abaixo:

Item	Qtde	Und	Descrição do produto	Marca	VL unit	Vi Globai
1	2000	Мз	Pedra Graduada	Compacta	R\$ 49,00	
)					R\$ 98.000,00
2	200	Мз	Areia Média	Compacta	R\$ 49,00	
						R\$ 9.800,00

Valor da Global da Proposta: R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais)

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta)dias a contar da data da sessão publica do Pregão Presencial P/ Fins de Registro de Preços.

M

1 J. F. C. J.

CEP: 85.948-000 FONE: (45) 3282-1377

Prazo de entrega: Os materiais deverão ser entregues ,dentro do território do Município, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e urbanismo, ou outra que houver solicitados o material, num prazo de até 03(três) dias, após a solicitação, sem custo adicional de frete.

Dados Bancários: Banco Sicredi Conta Corrente 13.260-8 Agência 0715

Declaramos que, em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega do objeto desta licitação, tais como materiais, aparelhos, equipamentos e outros fornecimentos pertinentes, mão de obra, encargos sociais, administração, lucro e qualquer outra despesa incidente sobre os serviços.

Na entrega do objeto ora licitado, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas ou qualquer outra que garanta a qualidade igual ou superior, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

Atenciosamente,

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

rtor e

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador



Estado do Paraná

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL MUNICIPAL N. 054/2017

ÓRGÃO EXPEDIDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO

EMPRESA CADASTRADA: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA.

A Prefeitura Municipal de Pato Bragado, Estado do Paraná, em conformidade com o Artigo 51 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93, com alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94, de 08/06/94, e requerimento protocolado sob n.º 1614, de 11 de julho de 2017.

RESOLVE:

CERTIFICAR que a EMPRESA COMPACTA COMERIO DE PEDRAS LTDA, com sede na Linha Arroio Fundo, s/n, zona rural, no Município de Pato Bragado - PR, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, encontra-se regularmente inscrita no Cadastro Municipal de Fornecedores deste Município, com o ramo de Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis, bem como prestação de serviços de pavimentação de estradas com pedras irregulares, e transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal e interestadual, podendo participar de licitações que este Executivos Municipal venha realizar. Esse Certificado não dispensa a Licitante de apresentar as Certidões negativas exigidas no Edital correspondente.

Este Certificado terá validade de 01 (um) ano, contados a partir da emissão do presente.

Pato Bragado, em 11 de julho de 2017.

MARGO BEATRIS SEIBERT

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

My

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA								
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.242.001/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 22/01/2001				
NOME EMPRESARIAL COMPACTÁ COMERCIO DE	PEDRAS LTDA - ME							
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NO COMPACTA COMERCIO DE								
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDAD 46.89-3-01 - Comércio ataca	E ECONÔMICA PRINCIPAL dista de produtos da extração min	eral, exceto co	mbustíveis					
internacional	DES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS Iviário de carga, exceto produtos p Ização - ruas, praças e calçadas	perigosos e mu	danças, intermu	nicipal, interestad	ual e			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 206-2 - Sociedade Empresár								
LOGRADOURO EST LINHA ARROIO FUNDO		NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALA					
I I	RRO/DISTRITO NA RURAL	MUNICIPIO PATO BRAGA	ADO		UF PR			
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (45) 3282-124	0	-				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (I	EFR)							
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	-			TA DA SITUAÇÃO CADAS 111/2005	TRAL			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL								
SITUAÇÃO ESPECIAL				A DA SITUAÇÃO ESPEC	IAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emilido no dia 16/10/2017 às 16:11:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página

Mi

MIMPRIMIRY LEVOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

04242001/0001-01

Razão Social: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA Nome Fantasia: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS L

Endereço:

EST LINHA ARROIO FUNDO SN SALA / ZONA RURAL / PATO

BRAGADO / PR / 85948-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2017 a 12/11/2017

Certificação Número: 2017101409455572221308

Informação obtida em 16/10/2017, às 16:19:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei 'está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

BRASIL

Acesso à informação

Particípe

Serviços

Legislação

Canais





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

CNPJ: 04.242.001/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

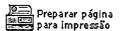
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 07:51:44 do dia 24/04/2017 <hora e data de Brasília>. Válida até 21/10/2017.

Código de controle da certidão: 08EA.81CB.4E24.5529 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta







Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 017060643-22

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 04.242.001/0001-01 Nome: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/02/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>

Ċ

Mi

el J0



Município de Pato Bragado - PR

Secretaria de Finanças Departamento de Tributação Municipal

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS (NADA CONSTA)

CERTIDÃO NR.

1013/2017

O Município de Pato Bragado, por meio do seu Departamento de Tributação e Cadastro Técnico vem através deste Documento Digitalmente Assinado, CERTIFICAR que não constam débitos Tributários e Não Tributários até a presente data da emissão desta Certidão, em nome de:

Contribuinte: COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

CPF/CNPJ: 04.242.001/0001-01

Fica reservado o direto da Fazenda Municipal a qualquer tempo apurar débitos que por ventura venham a ser apurados por meio de lançamentos anuais e/ou fiscalizações.

Esta certidão tem validade de 90 dias após sua emissão

Pato Bragado em, 16 de Outubro de 2017

Número de Autenticidade: 856527764856527

Município de Pato Bragado - Av. Willy Barth, 2885 - Pato Bragado - Paraná - Brasil - Telefone 45-3282-1355 CNPJ: 95.719.472/0001-05

M.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.242.001/0001-01

Certidão nº: 138592943/2017

Expedição: 16/10/2017, às 16:47:19

Validade: 13/04/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LIDA - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.242.001/0001-01, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

11 % 2 2

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial nº 146/2017

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prezados Senhores:

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Mario Ferreira dos Passos**, portador do documento de identidade RG n.º13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, DECLARA, sob penas da Lei, que, nos termos do §6º, do artigo 27, da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, ou seja, não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviço perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

Viçu,

116

150

M.

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial n.º 146/2017

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, por intermédio de seu representante legal, o Sr. <u>Mario Ferreira dos Passos</u>, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, DECLARA, sob penas da Lei, que, que não existem impedimentos legais para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Pato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

COMPACTA COMÉRCIO DE PÉDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

Mi

n o.

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO – PR. Pregão Presencial nº 146/2017

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Prezados Senhores:

Pelo presente instrumento, a empresa COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 04.242.001/0001-01, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Mario Ferreira dos Passos**, portador do documento de identidade RG n.º 13.908.975-8, emitido pela SSP/PR, e do CPF nº.211.036.150-68, DECLARA, sob penas da Lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Pato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

A: α

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

MI

FONE: (45) 3282-1377

Prefeitura do Município de PATO BRAGADO - PR. Pregão Presencial nº 146/2017

الم يو و ال

DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE PARENTESCO

A proponente COMPACTA COMERCIO DE PEDRAS LTDA – ME, participante da Licitação Modalidade Pregão Presencial de nº 146/2017, declara sob as penas da Lei, e para todos os fins de direito, que não possui em seu quadro social, servidores municipais ou detentores de parentesco consangüíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidor municipal membro da Comissão de Licitação e Pregão, chefe do executivo municipal ou secretários.

Pato Bragado/PR, 20 de outubro de 2017.

COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Mario Ferreira dos Passos RG 13.908.975-8 / CPF 211.036.150-68 Sócio Administrador

Mı

19000

uté 🚞



Estado do Paraná

ATA N.º 203/2017

Ata da sessão de recebimento dos envelopes, contendo a habilitação e as propostas de preços, em atendimento ao Edital de Licitação — Pregão Presencial p/ Fins de Registro de Preços nº 146/2017, que tem como objeto a Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado — PR.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e vinte minutos, nas dependências da sala de reuniões, da Prefeitura do Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, sito à Avenida Willy Barth, número dois mil, oitocentos e oitenta e cinco, reuniram-se a Pregoeira a senhora Disel Daiane Bortolato Ziesmann, juntamente com integrantes da Equipe de Apoio, para abrirem, julgarem e deliberarem sobre as propostas de preços bem como a habilitação e adjudicação referente a Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado - PR, conforme descrito no Objeto da Licitação em Epígrafe. O resumo do Edital foi amplamente divulgado no Diário oficial do Município, site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Jornal O Presente, e estava disponível, na íntegra, para download no site do município: www.patobragado.pr.gov.br na aba "Licitações - Licitações abertas". Somente 01 (uma) empresa tratando-se da seguinte 1-) COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA - ME, protocolou os respectivos envelopes em tempo hábil, conforme previsto no Edital Convocatório. Aberta a sessão deste Pregão, a pregoeira deu as boas vindas, e os documentos protocolados já estavam em poder da Pregoeira. Deste momento em diante, nenhum outro documento poderá ser adicionado aos envelopes protocolados, nos termos do Edital. Iniciamos a sessão com o credenciamento da Licitante, as qual estava assim credenciada: Licitante COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA – ME estava credenciada pelo sócio o senhor Mario Ferreira dos Passos. Os demais documentos de credenciamento foram validados pela pregoeira. Em seguida, a Pregoeira solicitou ao credenciado que apresentasse a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de enquadramento na condição de Micro Empresa, conforme o caso. A licitante apresentou as declarações solicitadas. A partir de então, partimos para abertura do envelope n.º 01, com a respectiva proposta de preços apresentada pela licitante, em seguida foi lida em voz alta o valor global apresentado pela mesma, para execução do objeto desta licitação sendo que: COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA – ME apresentou proposta no valor global de R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais). A proposta atendeu os requisitos mínimos previstos no Edital e foi declarada habilitada no processo. A Pregoeira classificará para participar da etapa de lances verbais conforme previsto no Edital no item 10.5 os autores das propostas com o menor preço e todas as proponentes que tenham apresentado propostas de preço, no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço global ofertado. Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas escritas, nos termos do subitem anterior, poderão os autores das 03 (três) melhores propostas oferecer novos lances verbais e sucessivos. Considerando haver somente uma Licitante e consequentemente Proposta Habilitada, a pregoeira motivou o credenciado a ofertar nova proposta visando melhorar o preço global para entrega do objeto da licitação em pauta. O representante credenciado da Licitante não manifestou interesse em melhorar o preço, ficando o valor final de R\$ 107.800,00 (cento e sete



Estado do Paraná

mil e oitocentos reais). Em seguida, procedeu-se a abertura do envelope nº 02, contendo a documentação para a habilitação da licitante classificada, cujos documentos foram devidamente analisados. Os mesmos foram passados ao credenciado para verificação e rubrica. Neste momento, abriu-se espaço para anotações relativas aos documentos de habilitação. Nenhum questionamento foi levantado nesta ocasião. A Pregoeira após análise dos documentos considerou os documentos apresentados de conformidade com o Edital. Portanto, classifica vencedora e ADJUDICA o objeto deste Processo para a Licitante COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA — ME apresentou proposta no valor global final de R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais). Após isto, não houve manifestação de recurso com relação decisão da Pregoeira. Por todo o exposto, encerramos esta reunião e sessão às oito horas e quarenta minutos. Esta ata vai assinada pela Pregoeira e pelo credençado presente.



Estado do Paraná

DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146/2017

OBJETO: Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado – PR.

PARECER DE JULGAMENTO

Considerando o Critério de Julgamento citado no Edital de Licitação — Pregão Presencial p/ Fins de Registro de Preços n.º 146/2017, que é o <u>Menor Preço Global</u>, a Pregoeira apresenta a proposta abaixo relacionada, como a de menor preço. Declaramos ainda, que estas proponentes atenderam todos os critérios previstos no Edital de Licitação em pauta, sendo:

EMPRESA VENCEDORA:

COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA — ME VALOR GLOBAL R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais)

Pato Bragado – PR, em 20 de outubro de 2017.



Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO MUNICIPAL

Processo Licitatório, Modalidade Pregão n.º 146/2017.

Assunto: Análise Final da Licitação Pregão nº 146/2017.

PARECER:

Retornam os autos para exame do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, tipo "menor preço global", o qual tem por objeto a aquisição de pedra graduada e areia médica, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos, conforme termo de referência.

Como estabelecido no art. 4º, inciso I da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a convocação das empresas foi efetuada mediante publicação de aviso da licitação na imprensa local (Jornal O Presente nº 4449), no dia 03/10/2017, no Diário Eletrônico Municipal nº 1254 de 02/10/2017, fls. 01 e no TCE de 02/10/2017, ficando definida a data de 20 de outubro de 2017 as 14h20 para a realização da sessão pública para recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Assim sendo, considerando que no dia 13/12/2017 houve expediente normal neste Município, portanto considerado dia útil, foi respeitado o interstício mínimo de 8 dias úteis entre as datas de publicação e da reunião, bem como cumprido o disposto na Recomendação Administrativa nº037/2009 do TCE/PR que exige em seu art. 2º, inciso I que a publicação ocorra com antecedência mínima, de 7 (sete) dias úteis

Não cabe ao Procurador analisar os documentos apresentados pelos participantes, pois a regularidade documental é atestada pelo Pregoeiro.

Diante do que acima foi justificado, esta parecerista emite seu parecer verificando: Se os requisitos formais que regem a matéria foram cumpridos, se os estatutos sociais das empresas participantes são compatíveis com a aquisição pretendida; Se as regras contidas no edital foram seguidas, tudo com base na análise dos documentos que nos foram apresentados.

Analisando a Ata nº 203/2017 depreendemos que: No dia, hora e local previamente designado, identificou-se que apenas uma empresa compareceu ao certame, conforme anotado em ata. A atuação empresarial desta é condizente com o objeto que se pretende adquirir, sendo que esta apresentou todas as declarações solicitadas. Pelo conteúdo da ata não houve ilegalidade na sessão.

Ante o exposto, verificado o atendimento aos preceitos legais que regem a matéria, do ponto de vista jurídico-formal, opinamos favoravelmente pela homologação do procedimento, nos termos do Relatório de Julgamento,

Este é o parecer, que fica sob censura de outro entendimento que comprove melhor resguardo do interesse público.

Pato Bragado/PR, 24 de outubro d

ØAB/PR 56100 Procuradora Municipal

Página 1 de 1



Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146/2017

OBJETO: Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado – PR.

Em atenção às atribuições conferidas ao Prefeito, este ratifica o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e autoriza a Secretaria de Administração a providenciar o trâmite legal para efetivar a Contratação de empresa para Futura e eventual aquisição de Pedra Graduada e Areia Média, para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos do Município de Pato Bragado — PR, citados no objeto da Licitação, nos termos do Parecer Jurídico assinado e outros documentos pertinentes ao Processo Licitatório em pauta.

EMPRESA VENCEDORA:

COMPACTA COMERCIO DE PEDRTAS LTDA — ME VALOR GLOBAL R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais)

Pato Bragado - PR, em 20 de outubro de 2017.

LEOMAR ROHDEN Prefeito do Município

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL_ O Presente № 445 5 de 241 JOI 17 FL.

AIOIO